

Governança Depois de reduzir estoque de processos, órgão terá área técnica para fazer propostas

‘Conselhinho’ quer estar mais perto do CMN para aprimorar regulação

Guilherme Pimenta
De Brasília

Reconduzida recentemente à presidência do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN) por mais três anos, Adriana Teixeira de Toledo quer aprofundar a governança do órgão e aproximar o colegiado do Conselho Monetário Nacional (CMN) para sugerir aperfeiçoamentos regulatórios no mercado de capitais e no bancário.

O CRSFN, conhecido como Conselhinho, é um órgão vinculado ao Ministério da Fazenda que julga recursos de condenações aplicadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelo Banco Central (BCB) e pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) a companhias abertas, bancos, administradores e investidores. Após reduzir o estoque de processos no seu primeiro mandato, ela contou em entrevista ao Valor que o foco, agora, é acelerar processos internos para dar mais efetividade ao colegiado, para consolidar os resultados obtidos até aqui.

À frente do órgão desde 2021, Toledo foi reconduzida à presidência do Conselhinho pelo secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan. Ela trabalhou na formulação de um novo regimento interno que está prestes a ser assinado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Com a nova estrutura, o CRSFN terá uma área técnica, cujo principal papel é a construção de propostas para sugerir mudanças de regulação ao CMN, órgão composto pelo presidente do Banco Central e pelos ministros da Fazenda e do Planejamento, responsável pela regulação do mercado de crédito e bancário do país.

Além de sugerir ao CMN mudanças na regulação do mercado, esse novo departamento, que será diretamente vinculado à presidência do Conselho de Administração, também vai aprofundar a interação com os órgãos de primeira instância, bem como acompanhar projetos de lei que tenham relação com os mercados regulados.

“Como a gente é a ponta final para a aplicação das normas do processo de supervisão, quando

“Decisões têm mais contemporaneidade com os fatos [após redução de prazos]”
Fabiano Jantalia

detectamos que uma regra não está clara o suficiente ou que está gerando algum conflito aparente, a nova área [Cotec] agora vai fazer os devidos encaminhamentos com proposta para a melhoria das normas”, explicou a presidente. “Estamos estabelecendo um novo fluxo e fiz questão de colocar isso como uma atribuição regimental”, complementou.

O Conselhinho é um órgão paritário, composto por oito conselheiros: quatro representantes da administração pública e quatro de associações que representam diversos segmentos do setor privado.

Quando assumiu o comando do conselhinho, em 2021, o órgão tinha um estoque de 218 processos a julgar, número que se manteve constante desde 2018. Há duas semanas, no início de agosto, o acervo do CRSFN apontava para um total de 85 processos a serem analisados, representando uma redução de estoque de 61% em três anos.

Essa queda, diz, deve-se a algumas mudanças que implementou durante sua gestão, como sessões 100% virtuais, controles de risco e da produtividade dos conselheiros, metas de julgamento e reorganização de funções na secretaria-geral do órgão.

A gestão de riscos também está na pauta deste segundo mandato, diz Toledo. A intenção é que uma área do órgão aprofunde o desenvolvimento de meios de controle para monitoramento dos processos, já que o conselhinho lida com diversas informações sigilosas.

Nesse contexto, o departamento vai controlar, de forma mais rigorosa, os prazos processuais do CRSFN, já que pode haver prescrição se um processo ficar parado durante muito tempo. Por último, essa área vai monitorar se determinado conselheiro estaria impedido para julgar algum caso — o que ocorre nas hipóteses de o conselheiro ter interesse no resultado do julgamento, por ser ou ter sido advogado de recorrentes em outra demanda, seja empresa ou pessoa física, por exemplo.

“Quando assumi, uma das coisas mais críticas era a falta de separação entre a gestão processual e gestão organizacional na Secretaria Geral, e agora temos uma divisão clara das atribuições. As responsabilidades são bem definidas”, explicou.

A presidente também contou que o Conselhinho tem julgado cada vez mais matérias novas que desafiam os conselheiros, o que deve se aprofundar em seu segundo mandato.

Como exemplo, citou temas



Toledo: quando Conselhinho detectar regra que não esteja clara ou gere conflito, nova área técnica vai fazer encaminhamentos para propostas de melhoria

Estoque de processos a julgar no CRSFN

Conselhinho reduziu acervo em 61% e quer aprimorar governança



Fonte: Ministério da Fazenda

relacionados a criptoativos, derivativos e outras inovações no sistema financeiro, como instituições integrantes do sistema de pagamentos. O conselhinho tentado também “harmonizar” as sanções relacionadas à prevenção de lavagem de dinheiro aplicadas pelos órgãos de pri-

meira instância, contou.

Nos últimos anos, também começaram a chegar no Conselhinho processos oriundos da primeira instância com a aplicação de multas majoradas. Isso porque, desde 2017, uma nova lei elevou o teto de multas aplicadas tanto pelo BC como pela CVM.

Passados sete anos, os recursos começam a ser analisados pelo órgão colegiado e, de acordo com ela, há um aumento natural da judicialização das decisões do órgão. Dessa forma, a presidente tem tentado fazer agendas com magistrados para explicar ao judiciário o que é o Conselhinho.

Além de presidir o CRSFN, Toledo comanda o Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Aberta e de Capitalização (CRSNP), que julga recursos da Superintendência de Seguros Privados (Susep). Aplicando as mesmas medidas de gestão, conseguiu reduzir o estoque de processos, que caiu de 1.154 em 2021, quando assumiu a presidência, para 86 em agosto deste ano — uma redução de 90% do volume.

“Nos primeiros anos, o foco foi em produtividade, quantidade e velocidade. Agora, será na

qualidade”, afirmou Toledo.

“A redução do estoque é um feito importante, permite a diminuição do tempo médio de julgamento dos processos sancionadores em fase de recurso. Assim, as decisões do conselhinho têm mais contemporaneidade com os fatos”, disse Fabiano Jantalia, sócio-fundador do Jantalia Advogados, especialista em direito bancário e ex-procurador do BC. “A diminuição do tempo entre os fatos e a decisão final dá mais referência de comportamento aos agentes econômicos, com os julgamentos se tornando mais eficazes”, complementou.

Para o futuro, Jantalia avalia que o desafio do órgão está na relação dos conselheiros com os advogados. Ele concordou que temas envolvendo criptoativos e “tokenização” de ativos, que em breve serão analisados pelo CRSFN, serão desafiantes.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO — INSTITUTO DE MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA
ABERTURA DE LICITAÇÃO
A Universidade de São Paulo através do Instituto de Matemática e Estatística torna pública aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob nº: 07/2024 – IME, do tipo menor preço, cujo objeto é contratação de empresa para aquisição de livros, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 26/08/2024 a partir das 10h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 09/09/2024 às 09h30, sendo o acesso a sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado “Portal de Compras do Governo Federal” através do site www.compras.gov.br. O Edital na íntegra se encontra disponível a partir do dia 26/08/2024, além do página do ComprasGov, citada anteriormente, nos seguintes endereços: www.usp.br/licitacoes e www.ime.usp.br/licitacoes.

ULTRA
Ultrapar Participações S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 33.256.439/0001-39 - NIRE 35.300.109.724
Ata de Reunião do Conselho de Administração
Realizada em: 07/08/2024. Certidão: Secretaria de Desenvolvimento Econômico – JUCESP. Certificado de Registro sob o número 304.61124-4 em 19/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!
EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR

Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal
Secretaria Executiva de Gestão Integrada
Subsecretaria de Administração Geral
Coordenação de Planejamento, Licitações e Compras Diretas
GDF
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9001/2024
PROCESSO SEI-GDF: 00054-00136163/2023-35, TIPO: Menor Preço, Modo de disputa: Aberto, OBJETO: Aquisição de material permanente para o Centro Médico da Polícia Militar do Distrito Federal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. VALOR ESTIMADO: R\$ 525.892,08. DOTAÇÃO: UO 44.90.52 FONTE: 392, 321, 121 PROGRAMA: 06.181.6217.4220.0010. PRAZO de entrega: 90 (noventa) dias a contar da assinatura do contrato. Vigência do contrato: 12 (doze) meses a partir da assinatura. DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 05/09/2024, às 9h30, no <https://www.gov.br/compras/n-br/>; URLSE: 450107. O Edital está disponível no endereço acima e no portal <http://www.ssp.ptf.gov.br/licitacoes/>.
Brasília/DF, 23 de agosto de 2024.
GABRIELLA ALVES DA CUNHA ROCHA
Progeira

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!

EM DIFERENTES PLATAFORMAS E EM DIVERSOS CONTEXTOS, AS MARCAS DA EDITORA GLOBO SÃO A MELHOR OPÇÃO PARA O SEU ANÚNCIO, PORQUE ENTREGAM O QUE CADA PÚBLICO QUER: CONTEÚDOS DE QUALIDADE COM CREDIBILIDADE.

ACESSE EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR E SAIBA MAIS.

EDITORAGLOBO

Curtas

Debêntures da Cemig
A Cemig Distribuição, controlada da Cemig, entrou com pedido de registro automático para uma oferta de debêntures que deve movimentar R\$ 2 bilhões. A emissão será feita em duas séries: uma de R\$ 1 bilhão, com prazo de sete anos, e outra também de R\$ 1 bilhão, com vencimento em 12 anos. A empresa pretende pagar, no máximo, DI mais 0,60% ao ano na série mais curta. Na segunda, a remuneração pode ser a taxa interna do IPCA+ acrescido de 0,10% ou 6,50% ao ano. (Felipe Laurence)

Itaú vende ações da XP
O Itaú Unibanco informou na noite de sexta-feira que concluiu a alienação da totalidade das ações Classe A da XP que detinha. Ainda assim, permanece com 8.285.060 ações Classe B da XP, que representam 1,54% do capital social total da corretora. “Referida alienação não deve acarretar efeitos materiais nos índices de capital e nos resultados da companhia neste exercício social”, diz o Itaú. A ação classe A da XP fechou a sexta-feira cotada a US\$ 19,60 na Nasdaq. (Alvaro Campos)